PROYECTO CEPAL/PNUMA
ESTILOS DE DESARROLLO Y MEDIO
AMBIENTE EN AMERICA LATINA

Seminario Regional

Santiago de Chile, 19 al 23 de noviembre de 1979

E/CEPAL/PROY.2/R.8
Agosto de 1979

EL PRECIO DEL PROGRESO: CRECIMIENTO ECONOMICO, EXPOLIACION URBANA Y LA CUESTION DEL MEDIO AMBIENTE

Lucio Kowarick, Consultor

El autor es miembro de la Universidad de São Paulo, Brasil. Las opiniones expresadas en este estudio son de su exclusiva responsabilidad.

0014
79-8-2043

O Preço do Progresso: Crescimento Econômico, Espoliação Urbana e a Questão do Meio Ambiente

LÚCIO KOWARICK
(Universidade de São Paulo)

1. Introdução: Crescimento e Pobreza

É notoriamente conhecido que o Brasil dos últimos anos conjugou um acelerado crescimento econômico com um acirramento das desigualdades sociais. De um lado, nos últimos 18 anos, o Produto Interno Bruto tem aumentado a um ponderável ritmo de 8,5% ao ano, o que constitui uma performance digna de comparação com qualquer país de desenvolvimento acelerado. Semelhante desempenho efetivou-se, particularmente, pelo aumento da participação do setor secundário que, da quarta parte da renda gerada no País no início da década passada, passou para 37% no final do presente decênio, sextuplicando o número de empregos na construção civil e ampliando em 3,5 vezes a força de trabalho engajada no setor fabril (1). É também importante ressaltar que semelhante expansão gerou um patamar industrial diversificado e complexo, cada vez mais centrado nos ramos de bens de consumo duráveis, (automobilístico e eletrodomêstico), de bens intermediários (siderurgia, papel, petroquímica e borracha) e de capital (máquinas e equipamentos), o que denota um ponderável amadurecimento econômico na medida em que o processo produtivo deixou de se apoiar nos setores "tradicionais", como textil, alimentação ou mobiliário. Desta forma, - sem entrar na discussão do "caráter do desenvolvimento dependente" do qual o Brasil é um caso exemplar - é possível afirmar que houve um intenso progresso eco-

(1) Conforme: SERRA, José - Mudanças e Primazias, in Folha de São Paulo, 15/07/1979, pag. 3.

nômico se, porisso, se entende a dinamização do processo de acumulação , isto é, formação de capital adicional.

Por outro lado, são também bastante conhecidas as consequências do modelo econômico posto em marcha, que não tem diminuído as enormes disparidades sociais, mas, ao contrário, em muitos aspectos, as tem aumentado . Neste aspecto, basta apontar a questão da distribuição da renda que se concentrou drasticamente em torno dos mais ricos, gerando um grau de desigualdade que na América Latina só se compara com países da economia incipiente (2).

Tendo em conta o binômio "crescimento e pobreza", o presente ensaio visa aprofundar algumas questões referentes à "exclusão social", analisando, de modo particular, a Região Metropolitana da Grande São Paulo. O tratamento do tema não enfocará diretamente as características do processo de acumulação e as condições de exploração do trabalho imperantes na Região, mas centrará as interpretações sobre as consequências deste processo no nível de vida das classes trabalhadoras no que diz respeito, particularmente, o acesso à habitação e os transportes coletivos. Neste aspecto, duas observações preliminares são necessárias. A primeira é que não se pode analisar os assim chamados "problemas urbanos" de uma cidade ou da população que nela vive de forma dissociada do processo de acumula-

---

(2) É sempre conveniente repisar em algumas cifras: Em 1960, os 20% mais ricos auferiam 54% da renda, em 1970, 62% e em 1976 67%; os 50% mais pobres, nos mesmos anos, angariaram 18, 15 e 12%. As comparações aqui realizadas baseiam-se em: SERRA, José - Mudanças e Primazias, opus cit ..."Numa listagem de índices de desigualdade para 71 países com dados comparáveis aos do Brasil, sistematizados pelo Banco Mundial , ... a situação (do Brasil) era pior do que em 62 deles". Idem. Para reafirmar este aspecto: entre 20 países do hemisfério ocidental, o Brasil aparece em penúltimo lugar quanto a um índice de "qualidade físico da vida" (esperança de vida ao nascer, mortalidade infantil e alfabetização) elaborado pelo Overseas Development Center para 1975. Conforme: SUPLICY, Eduardo M.- O PNB e a qualidade de vida, in Folha de São Paulo, 15/05/1978, pag. 53.

ção. É este que, em última análise, determina a configuração de um aglomerado, refletindo a trama da dinâmica de classes que espelha no tecido urbano, a segregação dos processos sócio-econômicos. Em segundo lugar, cumpre apontar a importância do Estado na participação diferenciada dos benefícios gerados pela sociedade, tanto no que diz respeito às relações de trabalho propriamente ditas, nas quais os níveis salariais constituem a expressão mais flagrante, como no que toca os serviços públicos que,nos grandes centros urbanos, se tornam elementos indispensáveis para a reprodução da força de trabalho. Contudo, face a amplitude e complexidade do tema o enfoque ficará restrito ao que pode ser chamado de "espoliação urbana" que constitui o objeto do item seguinte.

Antes de tratar deste tema, convém mencionar que a Grande São Paulo é uma região estratégica tanto do ponto de vista sócio-econômico como político pois, ao mesmo tempo, é o centro dinâmico do País e reune grande parcela da população operária, espelhando de maneira flagrante uma somatória de contradições e tensões resultantes de um crescimento extremamente rápido e desigual. É a maior área metropolitana do País, com cerca de 12 milhões de habitantes: em apenas 1% do território nacional estão congregados 31% do total das inversões de capital, 41% da renda industrial e 36% dos empregos fabris. O incremento demográfico apresenta ainda taxas geométricas acima de 4% ao ano, contribuindo a migração com mais de dois terços para o aumento populacional verificado na década atual (3).

Não obstante o volume de riquezas gerado na Região é possível detectar uma ponderável parcela da população que apresenta do ponto de vista de seus rendimentos uma situação bastante precária. Assim, aponte - se que 43% da mão-de-obra assalariada ganham até dois salários mínimos por mês e 79% não atingem uma quantia superior a 5 vezes este padrão míni

(3) Conforme: CARLOS, José Antonio - Uma breve explicação econômica para a Grande São Paulo, EMPLASA, 1979, São Paulo

mo de rendimento (4).

Atualmente, são poucos os que ganham o salário mínimo. Entretanto, este é um padrão que influencia as escalas de remuneração imediatamente superiores, servindo como um patamar que serve de freio para os níveis salariais de grande parte da força de trabalho. Esta questão adquire um significado mais amplo quando se tem em conta que, no Município de São Paulo, a deteriorização real do salário mínimo foi de mais de 50% entre 1959 e 1977, e que ela se reflete no padrão de compra da mão-de-obra cujos ganhos estão próximos ao nível mínimo (5). Para ilustrar semelhante perda do poder aquisitivo basta mencionar que o trabalhador de salário mínimo, no início do período considerado, despendia 65 horas para adquirir uma ração alimentar básica, cuja aquisição, 18 anos após, implicava num tempo de 142 horas mensais, enquanto o trabalhador de dois salários mínimos em 1977 necessitava trabalhar 6 horas a mais para comprar a mesma cesta alimentar que com um salário mínimo era comprada no final da década de 50. Neste sentido, aponte-se também que se, entre 1940 e 1977, o salário mínimo tivesse acompanhado os incrementos da produtividade do trabalho e absorvido os aumentos do custo de vida, ele deveria situar-se em torno dos 10.000 cruzeiros, isto é, quase nove vezes mais do que a quantia efetivamente fixada (6).

Estes dados constituem o grande pano de fundo para caracterizar as condições de vida de boa parte das classes trabalhadoras da Grande São Paulo. Apesar de inexistirem dados referentes a Região, as informações disponíveis para o conjunto do Brasil apontam que, pelo menos entre 1968-1973, pe

---

(4) Fonte: Pesquisa Nacional de Amostras Domiciliares (PNAD), IBGE, Regiões Metropolitanas volume 1, tomo 9, Rio, pag. 105.
Por outro lado, 47% das famílias auferiam em 1976, até 5 salários mínimos por mês. Idem pag. 123.

(5) Fonte: DIEESE, Salário Mínimo. Divulgação 1/78, mimeo.

(6) Idem, pag. 11.

ríodo do assim chamado "milagre brasileiro", o processo de acumulação apoiou-se em intensa potenciação das forças produtivas, fruto de inovações tecnológicas e organizacionais, que redundaram em acentuado aumento da produtividade do trabalho, que cresceu 32% em termos reais. Entretanto, no mesmo período, houve também um acentuado declínio do salário mediano dos trabalhadores urbanos que diminuiu ainda em termos reais, de 15% (7). Nada indica que a conjugação destes dois processos tenha deixado de ocorrer na Grande São Paulo onde, como foi apontado, o salário mínimo-que reflete-se nos patamares da remuneração imediatamente superiores - sofreu uma queda substancial (8).

Tudo parece apontar que o modelo de acumulação adotado levou a pauperização absoluta de boa parte daqueles que levam adiante o processo produtivo. Tudo indica também que semelhante processo de exclusão dos benefícios não teve sua tendência invertida em anos mais recentes. Ao contrário, as inúmeras reivindicações das classes trabalhadoras que despontaram nos últimos dois anos, não tem se traduzido na obtenção de um padrão de remuneração substancialmente mais elevado, ou, pelo menos, não conseguiram recuperar a drástica deteriorização imperante no período do "milagre", o qual, como se sabe, foi marcado por intenso controle e repressão sobre as iniciativas civis e políticas das organizações da sociedade civil.

---

(7) Esta queda do salário mediano em termos reais (que é aquele que abrange a metade dos trabalhadores com menor nível de remuneração) contrasta com a evolução verificada em períodos anteriores. Assim, entre 1955 e 1959, a evolução do salário mediano foi a seguinte: índice 103 em 1955, 97, 116, 113 e 114 para os anos seguintes. Por outro lado, após o arrocho salarial implantado com o golpe de 1964 a tendência se inverte entre 1965 e 1969: índice 100 em 1965, 94, 86, 93 e 89 nos anos subsequentes. Conforme: SINGER, Paul - A Crise do Milagre, Paz e Terra, Rio, 1976, pag. 1976.

(8) No caso do Estado de São Paulo, entre 1968-1973 a queda do salário mediano dos trabalhadores urbanos foi de 11%. Ademais, é digno de nota que entre 1970 e 1976, os 10% mais ricos do Estado tiveram um acréscimo na sua renda, que passa de 38% do total para 43%, enquanto os 60% mais pobres viram sua fatia reduzida de 37% para 33%. Conforme: NÉSPOLI Regina Stela - Abastecimento e Custo de Vida, EMPLASA, São Paulo, 1978 pag. 28

Finalizando este tópico introdutório, cabe enfatizar que a situação de pobreza antes analisada, não pode ser confundida com o que é normalmente designado por certa literatura sociológica de "populações marginais", ou seja, uma categoria díspare de trabalhadores intermitentes ou ocasionais, no mais das vezes marcados por uma situação de subemprego e que não participa de modo permanente das estruturas econômicas. Tal caracterização, pelo menos no caso da Grande São Paulo, é falaciosa, pois não só os trabalhadores autônomos são pouco remunerados - 12% do total da força de trabalho ocupada - como também apresenta um nível de remuneração superior ao da mão-de-obra assalariada (9). Trata-se de assalariados do setor secundário e terciário sobre os quais recaiu o preço de um progresso altamente excludente. É certo que estes trabalhadores estão sujeitos a um alto grau de rotatividade no trabalho, bem como tendem a ser alijados do processo econômico na medida em que se tornam mais velhos (10). Entretanto, tais fenômenos não devem ser analisados à luz de uma dualidade do mercado de trabalho que separa os setores econômicos ou ocupações em "marginais" e "centrais", posto que também estão presentes nas empresas e ramos dinâmicos da economia. Estes processos, bem como o rebaixamento dos níveis salariais afetam boa parte dos trabalhadores e decorrem das modalidades de exploração do trabalho que estão no cerne do modelo de criação de riquezas imperante na sociedade brasileira, tendendo a levar ao desgaste a mão-de-obra que aciona as engrenagens essenciais ao processo produtivo. Em outros termos, não foram os assim chamados "grupos marginais" com pouco nulo significado para o processo econômico que deixaram de ser incorporados nos benefícios gerados pela sociedade, mas, ao contrário, o preço de um progresso extremamente rápido

---

(9) Apenas 25% dos trabalhadores autônomos ganham até 2 salários mínimos e 59% até 5. Conforme: PNAD, opus cit, pag. 105

(10) No Município de São Paulo, a quarta parte de mão-de-obra não permanece no mesmo emprego por período superior a um ano. Conforme: GODINHO, Marta Terezinha - As implicações do aluguel no problema habitacional, IBAM, São Paulo, 1975.

e desigual desaguou sobre boa parcela das camadas assalariadas que passaram a vender no mercado a sua força de trabalho a preços aviltados. Em relação a este ponto a questão do exército de reserva é essencial e esta temática será tratada quando for introduzida a noção de "dilapidação da força de trabalho".

2. A Espoliação Urbana

Para caracterizar os padrões de vida dos habitantes de uma metrópole, torna-se necessário levar em consideração, pelo menos, dois processos. O primeiro, refere-se às condições de exploração do trabalho a que está submetida a mão-de-obra engajada na produção e que redunda num determinado grau de pauperização relativa ou absoluta a que estão submetidos os diversos segmentos das classes trabalhadoras. No tópico anterior procurou-se mostrar que houve, nas duas últimas décadas, períodos de perda real dos salários de, pelo menos, a metade dos trabalhadores urbanos, inclusive na Grande São Paulo que é a Região mais dinâmica e rica do País. Contudo, os graus de pobreza não podem ser medidos apenas através do padrão de rendimento e do consumo individual. Além deste aspecto, existe um conjunto de serviços que é consumido coletivamente e que, pelo menos nas grandes cidades, torna-se crescentemente importante para a reprodução da força de trabalho: transportes, saúde e saneamento, habitação, - que não pode ser vista isoladamente de alguns serviços como rede de água e de esgoto, pavimentação, eletrificação - isto para não falar em outros componentes como educação, atividades culturais ou lazer, todos eles, elementos mais ou menos vitais para o padrão de vida da força de trabalho que, como se sabe, varia historicamente em função, basicamente, do desenvolvimento das forças produtivas e da capacidade de organização e luta dos diversos segmentos que se confrontam na arena social.

Tendo em conta tais colocações, parece ser possível detectar outra dimensão para caracterizar os padrões de vida, que, não obstante estar diretamente entrelaçada com os movimentos contraditórios da acumulação do capital e decorrer da própria dinâmica política que dá significado concreto aos confrontos e antagonismos sociais em termos de obtenção ou exclusão dos benefícios, pode ser nomeada de espoliação urbana: é a somatória de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivos que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência das classes trabalhadoras e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho (11).

Antes de analisar especificamente o tema da dilapidação da força de trabalho sob o ângulo do processo da espoliação urbana, torna-se necessário apontar algumas questões estruturais de caráter global que dão o quadro de referência interpretativo para a análise das condições de vida. Trata-se da questão referente a presença de um vasto exército de reserva no processo de expansão da economia brasileira. De modo oposto a certas interpretações desenvolvidas pela teoria sociológica latinoamericana, penso que as conclusões mais corretas são aquelas que analisam o fenômeno da superpopulação relativa - mesmo que ela aparentemente apareça como "excessiva" quando comparada às sociedades de industrialização precoce - não enquanto uma massa ou polo marginal, destituído de significado para a economia, mas enquanto um elemento de primordial impor-

(11) Desenvolvi este tema em: Auto-construção de moradias e espoliação urbana, texto originalmente apresentado no Grupo de Trabalho sobre Habitação e Problemas Urbanos, Colégio do México, México, 1978, que serviu de base para os raciocínios aqui realizados.

tância para a acumulação de um capitalismo como o brasileiro (12). Em outras palavras, a presença de um volumoso exército de reserva tem se constituído numa das principais alavancas da expansão econômica realizada no Brasil, pois permitiu dilapidar, através da super-exploração do trabalho e da espoliação urbana, parcela considerável de mão-de-obra engajada no processo produtivo na medida em que os trabalhadores desgastados puderam ser prontamente substituídos pelo vasto reservatório que é constantemente renovado nas metrópoles industriais brasileiras, das quais a Grande São Paulo desponta como um caso exemplar, em decorrência, principalmente, dos volumosos fluxos migratórios que se dirigem para a Região.

Entretanto, seria errado afirmar que a simples existência de uma vasta oferta de mão-de-obra constitui, de por si, uma condição suficiente para que o capitalismo cresça depredando, principalmente, a mão-de-obra não-qualificada, a qual, por sinal, constitui, do lange, a maior parcela dos trabalhadores fabris do Estado de São Paulo (13). Além da abundância do reservatório de mão-de-obra, o processo de dilapidação que se traduz tanto na super-exploração do trabalho através, entre outros, do achatamento salarial e do consequente prolongamento da jornada de trabalho, como na falta ou má qualidade dos bens de consumo coletivos que acirram o grau de espoliação urbana, está íntima e diretamente vinculado a capacidade das classes trabalhadoras de defender seus níveis de remuneração e condições de trabalho em geral e de pressionar o Estado para

---

(12) Esta é uma questão polêmica que não cabe discutir no âmbito deste ensaio. Trato dela em: Capitalismo e marginalidade na América Latina, Paz e Terra, Rio, 1975.

(13) 82% dos trabalhadores presentes na indústria do Estado de São Paulo em 1973 estão na categoria de "braçais" ou "semi-qualificados" para os quais um rápido adestramento e não uma formação profissional prolongada é suficiente para engajá-los nas tarefas fabris . Veja: SENAI, Relatório de 1973, São Paulo, 1974

obter os serviços básicos à sua reprodução. A questão da dilapidação da força de trabalho, é, portanto, eminentemente política e as formas de dominação recentes, marcadas por relações de poder altamente autoritários e discriminários, tendo sido o fator primordial na sustentação de um modelo capitalista de desenvolvimento com características nitidamente selvagens.

Afim de analisar semelhante processo, convém introduzir na discussão alguns tópicos que denotam com clareza a questão da dilapidação da força de trabalho sob o prisma da espoliação urbana.

É necessário, inicialmente, assinalar que a forma de como se processou a expansão urbana em São Paulo, na qual enormes espaços vazios são retidos por seus proprietários visando a valorização da terra, criou distâncias cada vez maiores. Este fenômeno, fruto de um intenso processo de especulação sobre o solo urbano - que será analisado no tópico seguinte - criou uma configuração espacial extremamente segregada e rarefeita. Assim, com excessão de certas áreas centrais decadentes, devido seus baixos salários e a especulação sobre a terra urbana, a população trabalhadora só pode fixar-se em locais desprovidos de infraestrutura e distantes dos locais de trabalho. Tal fenômeno, que até recentemente só se manifestava na Capital, com a expansão industrial para outros municípios da Grande São Paulo, acabou por generalizar-se, originando uma enorme quantidade de "zonas dormitório" que distanciou ainda mais as residências dos locais de trabalho (14). Ademais, como é grande a quantidade de famílias que constrói nestes "loteamentos" a sua casa própria e como, por outro lado, a rotatividade dos empregos constitui um fator bastante frequente, a conjugação destes processos só poderia agravar

---

(14) A título de exemplificação, mencione-se que em Osasco e em São Bernardo, dois municípios altamente industrializados da Grande São Paulo, respectivamente, 50 e 59% dos assalariados que aí trabalham moram em outras localidades.

ainda mais a questão dos deslocamentos intra-metropolitanos.

Assim, além da questão habitacional que será analisada a seguir, o tempo gasto no percurso diário entre a residência e o emprego tendeu a alastrar-se. O transporte coletivo que é aquele utilizado pela imensa maioria dos trabalhadores, passou a ser um dos elementos de intenso desgaste para aqueles que utilizam o ônibus e o trem para chegar a seus empregos. Ademais, convém apontar, com relação a este ponto, que o Poder Público norteou seus investimentos, construindo pontes, viadutos, avenidas ou vias expressas, para dar vazão a produção de automóveis que se instalara no País no final da década de 50. Moldou um sistema viário que respondia muito mais as exigências da locação individual, realizada em automóveis particulares por pessoas das camadas de renda média e alta, cuja média de ocupação é de 1,5 pessoas por veículo, do que em função de um transporte de massa rápido e barato que servisse a população trabalhadora. Em 1968 haviam 7 milhões de deslocamentos diários dentro da área metropolitana, quantidade que, em 1977, sobe para quase 16 milhões, sendo que 57% destes são realizados através de ônibus ou trens (15). Filas, superlotação e, sobretudo, um tempo de deslocamento extremamente prolongado, tornaram-se um acontecimento quotidiano para aqueles que utilizam os transportes coletivos. É importante ressaltar que não obstante as distâncias e o congestionamento do trânsito serem um fenômeno que afeta todos os habitantes da Região, pois o tempo de deslocamento nos seus primeiros anos desta década, em média, aumentou em 30%, o desgaste decorrente das horas de locomoção atinge particularmente, os trabalhadores que moram nas múltiplas "periferias" que, atualmente, polulam por toda a Região Metropolitana. Tanto é assim que, quase 30% dos trabalhadores cuja renda familiar vai até 5 salários mínimos mensais dispendem entre 90 minutos a até mais de 2 horas de locomoção

---

(15) Fonte: Pesquisa Origem Destino, EMPLASA, São Paulo, 1977

em cada viagem diária que realizam, enquanto apenas 6% das pessoas de rendimento familiar superior a 10 salários mínimos gastam nos seus deslocamentos um tempo assim prolongado (16). Em suma, "os usuários (do transporte de massa) que moram na periferia da cidade...(permanecem) de 3 a 4 horas diárias nos veículos que os levam ao trabalho e trazem de volta para casa" (17). Os dados referentes ao transporte de massa apontam de maneira clara o intenso processo de dilapidação da força de trabalho que ocorre no âmbito de um bem de consumo coletivo básico, exprimindo de forma cabal um dos aspectos daquilo que foi antes denominado de espoliação urbana. Contudo, esses dados assumem sua real significação quando adicionados à jornada de trabalho dispendida por grande parte daqueles que acionam as engrenagens econômicas. "às jornadas de 10 horas e mesmo, frequentemente, de 12 e mais de trabalho, soman-se às 3 ou 4 horas de perda de tempo nos transportes"(18). Fica, portanto, bastante clara a situação de intenso desgaste para a mão-de-obra que entre a jornada de trabalho e o tempo gasto nos transportes dispende, diariamente, e com bastante frequência, 13, 14 ou 15 horas e mais, o que, certa

---

(16) Idem, apud Sumário de dados da Grande São Paulo, EMPLASA, S.Paulo, pag. 277.

(17) Região Metropolitana de São Paulo - Diagnóstico 75. Condições Urbanas - Transporte - São Paulo, 1975, mimeo.

(18) SILVA, Ana Amélia - 1977 - Espaço e Força de Trabalho na Grande São Paulo, EMPLASA, São Paulo, 1979, pag. 117. Outra pesquisa também aponta o fenômeno da extensão da jornada de trabalho: "Em geral a jornada de trabalho varia entre 11 e 12 horas, estendendo-se em alguns casos a 14, 15 e 16 ou mais horas (...). As companhias já planejam sua produção com base numa jornada de trabalho de 11 a 12 horas". Conforme: ARROYO, Raymundo - Empobrecimento relativo e absoluto do proletariado brasileiro na última década, in A Situação da Classe Trabalhadora na América Latina, (vários autores) CEDEC / Paz e Terra, Rio, 1978, citado in: SILVA, Ana Amélia - Espaço e Força de Trabalho, opus cit, pag. 87.

mente, constitui, como se verá mais adiante, uma das fontes dos acidentes de trabalho e, quando não, de esgotamento prematuro das energias físicas e mentais.

Quanto à questão da habitação, basicamente, a população trabalhadora precisa solucionar seu problema de moradia através da favela, dos cortiços e da auto-construção, que constituem fórmulas empregadas para escapar do pagamento de aluguéis que se tornam, cada vez mais, incompatíveis com os minguados orçamentos familiares, já que os financiamentos públicos para aquisição de habitações tem se dirigido, através do Banco Nacional de Habitação (BNH), para as camadas de renda média e alta(19).

Nos cortiços, mora uma população composta por 800 mil pessoas - eram pouco mais de 600 mil em 1974 - que, se gasta, na maior parte dos casos, menos de meia hora para chegar a seus locais de emprego, tem o seu tempo de deslocamento diário reduzido à custo de viver a uma média de 3.6 pessoas por cômodos (20).

Intenso crescimento marca, também, a população moradora em favelas que, não obstante a interdição formal no que diz respeito ao surgimento de novos núcleos e ao adensamento dos já existentes, passa de 117 mil pessoas em 1975 para quase meio milhão em 1978 (21). A favela abriga o

---

(19) Os financiamentos realizados pelo BNH dirigiram-se, particularmente, para as famílias com rendimento superior a 12 salários mínimos mensais. Aponte-se, neste particular, que as famílias com até 4 salários mínimos constituíam 55% da demanda habitacional. Conforme: Plano Plurianual de Projetos CURA. São Paulo, 1974.

(20) Os dados referem-se somente ao Município de São Paulo. Conforme : Diagnóstico sobre o fenômeno dos cortiços no Município de São Paulo, São Paulo, HABI-SEBES, 1975. O número de 800 mil indivíduos presentes nos cortiços de São Paulo em 1979 advêm de: O Estado de São Paulo de 21/06/1979, pag. 76

(21) Estes dados só incluem a Capital, sabendo-se, entretanto, que a população favelada é numerosa em muitos outros municípios da Região Metropolitana. Tratei desta questão em: A favela como fórmula de sobrevivência, mimeo, 1978

trabalhador braçal que, vende sua força de trabalho a preços irrisórios, ou que, através de uma atividade autônoma aufere rendimentos extremamente baixos, pois em 80% dos casos a renda familiar não ultrapassa 2 salários mínimos por mês. A favela continua sendo uma forma de "economizar" os gastos em habitação que representam quase a quarta parte do orçamento de uma família trabalhadora típica, bem como, por tender a se situar próximas dos centros de emprego, pode representar uma diminuição nos dispêndios com transportes que somam 9% da cesta de consumo da mão-de-obra que utiliza a condução coletiva.

Entretanto, vale a pena descrever em grandes pinceladas a precária situação em que vivem os favelados: "cerca de dois terços estão situados em terrenos em que são frequentes as inundações ou que apresentam grande declividade, onde os barracos estão sujeitos ao risco de desabamento. Em 66% dos casos, não possuem iluminação pública, 98% dos barracos não estão ligados à rede de esgoto nem possuem fossa séptica, 80% são desprovidos de água encanada e em igual proporção o lixo é jogado ao ar livre" (22). Estes dados, por si só, já indicam o alto grau de contaminação ambiental existente nestes aglomerados paulistanos e as resultantes sobre a saúde de seus moradores.

Em relação a população favelada parece importante ainda apontar que, se a maioria é composta por migrantes, não se pode afirmar que a favela constitua um estágio provisório - espécie de "poupança forçada " para parte dos recém-chegados à cidade- pois mais da metade dos chefes de família que habitam os barracos residem em São Paulo a mais de 5 anos ao passo que tão somente 12% estão há menos de 1 ano residindo na Capi-

---

(22) Idem, pag. 12.

tal. Ademais, nada indica que a favela possa ser um "trampolim" prévio e necessário para o ingresso em padrões habitacionais menos precários. Ao contrário, para boa parte, a favelização torna-se uma solução de sobrevivência não só bastante prolongada como também, frequentemente revela uma trajetória onde já houve padrões de vida mais elevados, pois ... "41% dos favelados migrantes ... usufruiram de situação diversa da atual durante algum tempo e chegaram a favela por um processo de filtração descendente (23).

A solução mais importante do ponto de vista quantitativo é a auto construção de moradias desenvolvidas nas horas de folga nas múltiplas e distantes "periferias" da metrópole em terrenos carentes de infraestrutura básica e, geralmente, situadas em loteamentos clandestinos (24).

Assim como a favela ou o cortiço, a auto-construção de moradias deve ser equacionada enquanto uma fórmula de resolver o problema habitacional que decorre da agudização da exploração do trabalho e que compatibiliza altas taxas de acumulação com salários crescentemente deprimidos, permitindo que a força de trabalho se reproduza a níveis baixos na medida em que a confecção da habitação é, frequentemente realizada através de um trabalho adicional e gratuito realizado pelo proprietário do

---

(23) Conforme: TASCHER, Suzana Pasternack - Favelas no Município de São Paulo: Resultados da Pesquisa. Comunicação apresentada na 28ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Brasília, 1976, pag. 12.

(24) Pesquisa recente apontou que 52% dos domicílios apresentavam um padrão arquitetônico qualificado de "precário". Veja: Pesquisa Origem/Destino, EMPLASA, 1977. A maior parte destas habitações foram confeccionadas por seus proprietários através da auto-construção. 68% das pessoas com rendimento familiar de até 5 salários mínimos por mês residem nestas habitações "precárias".

lote nas horas de folga com a ajuda de parentes e amigos (25).

Apesar de longa, é importante transcrever uma citação afim de apontar esta fórmula que o capitalismo brasileiro deflagrou para reproduzir a baixos custos a força de trabalho urbana: "uma não insignificante porcentagem das residências das classes trabalhadoras foi construída pelos próprios proprietários, utilizando dias de folga, fins de semanas e formas de cooperação como o "mutirão". Ora a habitação, bem resultante dessa operação se produz por trabalho não-pago, isto é, sobre trabalho. Embora esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado - a casa - reflete-se numa baixa aparente do custo da reprodução da força de trabalho - de que os gastos com habitação são um componente importante - e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de prática de "economia natural" dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho" (26).

Se o transporte coletivo representa, na prática, uma extensão da jornada de trabalho, pois as 3 ou 4 horas gastas diariamente são, de fa-

---

(25) Uma pesquisa amostral que analisou as práticas da autoconstrução na Grande São Paulo revelou que "praticamente a metade dos autoconstrutores entrevistados alegaram não terem gasto recursos com remuneração de trabalho em qualquer das fases da construção (...) ... A incorporação de trabalho gratuito chega a ser essencial para a sua própria viabilização, no que tange aos arranjos arquitetados pelos produtores para a alocação dos recursos disponíveis, evitando os autoconstrutores, tanto quanto possível, os gastos com trabalho remunerado. Conforme: Construção de moradias na periferia de São Paulo: aspectos sócio-econômicos e institucionais, Secretaria de Economia e Planejamento, Governo do Estado de São Paulo, Série Estudos e Pesquisas, 1979, pags. 126 e 127.

(26) OLIVEIRA, Francisco de - A Economia brasileira: crítica a razão dualista, ESTUDOS-CEBRAP, 2, outubro de 1972, pag. 31.

to, um dispêndio de tempo necessário para chegar ao emprego, a autoconstrução de moradias leva ao aumento do dia de trabalho. Em primeiro lugar porque, tanto a compra do terreno quanto a construção da casa - que, por sinal, frequentemente, perdura por anos, pois é confeccionada aos poucos na medida que a família tem recursos para realizá-la - implicam em ganhos adicionais que são obtidos pela conjugação do aumento da jornada de trabalho, venda de férias, utilização do 13º salário ou do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) com um rígido esquema de poupança que leva à redução, não raras vezes drástica, de outros itens básicos da cesta de consumo, inclusive a alimentação, já que a população de baixa renda não tem gastos supérfluos que poderiam ser canalizados para as despesas inerentes à construção da casa própria (27).

Em segundo lugar, porque na medida em que o trabalhador não tem condições de pagar a mão-de-obra para executar as tarefas necessárias à construção de sua casa, utilizando o assalariamento só em raras operações mais especializadas, a alternativa passa a ser a utilização do já escasso tempo livre de que dispõe para levar adiante o processo de produção de sua casa. Em outras palavras, para escapar dos aluguéis ou para deixar de morar em cortiços e favelas, acionado pela forte pressão ideológica da propriedade, o trabalhador precisa gastar um tempo adicional tanto no local de emprego como no lote onde realiza a construção da casa pró

---

(27) 50% das famílias mais pobres de São Paulo gastam em torno da metade dos rendimentos com o item "alimentação". Quando a estas despesas se acrescenta as referentes com transporte, vestuário e demais itens indispensáveis, verifica-se que sobra muito pouco para retirar recursos a serem empregados em qualquer forma de poupança. Uma pesquisa que estudou em profundidade os moradores de 5 loteamentos populares na periferia da Grande São Paulo detectou a grande dose de sacrifícios que as famílias precisam realizar para levar adiante o processo de construção da casa própria. Veja: KOLNIK, Raquel e BONDUKI, Nabil G. - Periferias: sobre a mercantilização da habitação operária, CHÃO, nº 3, 1978, pags. 10 a 16.

pria que, adicionada às 3 ou 4 horas referentes à locomoção cotidiana , revelam o alto grau de dilapidação a que está submetido, traduzindo- se num intenso processo de desgaste que, muitas vezes, compromete a sua re produção enquanto assalariado no mercado de trabalho.

Neste particular, novamente, vale a pena transcrever uma longa citação que, baseada em pesquisa recente, demonstra com clareza o preço pago por aqueles que penetram na longa aventura da autoconstrução: " a variável redução de gastos ... como forma extrema de geração de poupança de salário, na medida em que a população autoconstrutora é constituída na sua grande maioria por assalariados, referencia, por outro lado, uma condição de extrema precariedade. Isto porque os salários são via-de-regra baixos, mal assegurando a cobertura das necessidades básicas da família. Se assim é, torna-se patente que a produção da moradia acaba por exigir sacrifícios que ultrapassam os limites da dilapidação do trabalho, enquanto extensão da jornada empregatícia e enquanto sua utilização nas horas de lazer à execução das tarefas de construção. Reduz-se, mesmo, o próprio consumo básico, destinado a garantir a subsistência física dos indivíduos, na medida em que, preponderantemente, as famílias de baixa renda pouco podem alocar do seu orçamento em consumo supérfluo" (28).

O acirramento dos processos de exploração do trabalho e de espoliação urbana que se traduzem na extensão do tempo necessário para se reproduzir numa metrópole industrial como a Grande São Paulo, adicionado, entre outros fatores, às péssimas condições de saúde e nutrição, comprometem a energia física e mental da força de trabalho que lubrifica as engrenagens produtivas. É possível inferir, neste sentido, que o esgotamento a que sujeita grande parcela das classes trabalhadoras - dentro e fora dos locais de emprego - constitui uma das principais razões do aumento dos acidentes de trabalho que nos primeiros anos da década de 70

---

(28) Conforme: Construção de moradias na periferia de São Paulo, opus cit pag. 110. A mesma pesquisa aponta que "no decorrer das (últimas) três décadas, têm-se reduzido persistentemente as dimensões e até a qualidade das moradias produzidas"... idem, pags. 109 e 110.

cresceu de quase 10% ao ano (29).

Por outro lado, parece ser válido afirmar que este intenso processo de desgaste é responsável pelo alto grau de desemprego imperante na economia metropolitana, que, para a força de trabalho masculina, é, em média, de 11,4%, proporção que atinge apenas, 4,6% da mão-de-obra entre 40 e 49 anos e que sobe drasticamente para os homens 10 anos mais velhos, quando afeta quase a quarta parte deste grupo etário masculino(30). Semelhante alijamento precoce do mercado de trabalho- fruto do acirramento do grau de exploração do trabalho e da espoliação urbana - tem representado para o sistema econômico uma mera operação de troca de trabalhadores que se produz sem maiores tensões sociais ou problemas para a expansão do capitalismo no Brasil na medida em que pode basear-se na existência de energia nova para substituir a mão-de-obra desgastada e num aparato de dominação que mantenha as condições políticas implícitas a este processo de dilapidação.

3. Estado, Produção do Espaço Social e Segregação Urbana

Nas últimas duas décadas a mancha urbana da Grande São Paulo expandiu-se enormemente através de excessivos avanços sobre o território, fruto de uma ocupação que, em decorrência dos níveis salariais e do valor

(29) Este aumento refere-se a proporção de acidentes/dias úteis de trabalho verificado no conjunto do Estado de São Paulo, onde, em 1974, ocorreram 780 mil acidentes de trabalho,o que significa nada menos do que 25% da força de trabalho registrada. Conforme: Região Metropolitana de São Paulo: Diagnóstico 75, Desenvolvimento e Inovações Tecnológicas, São Paulo, 1975 (mimeo).

(30) Conforme: PNAD, Regiões Metropolitanas, 4º trimestre de 1971, IBGE, Rio, pag. 233.

da terra, criou distantes e rarefeitas "periferias". Importa resslatar, neste aspecto, que esta expansão se fez de maneira extremamente predatória, devastando o meio físico e, sobretudo, comprometendo os padrões de vida das populações: além de produzir distâncias maiores a serem percorridas, gerou um grau de habitabilidade extremamente comprometido pela alta contaminação decorrente da ausência de infraestrutura básica, pois, nos meados da presente década, apenas 30% dos domicílios da Grande São Paulo eram servidos por rede de esgotos e 53% pela de água (31).

Uma vez apontada a espoliação urbana através do transporte e da habitação cabe, agora, levar adiante a análise, abordando-a sob o prisma da *produção do espaço urbano*, cujos reflexos sobre a formação do meio ambiente social são marcadamente excludentes para aqueles que não tem recursos tanto econômicos como políticos para pagar o alto preço decorrente da expansão de uma área metropolitana que tem uma das suas principais bases acentadas na intensa dinâmica da especulação imobiliária

Nesta questão o papel do Estado tem sido essencial pois, em boa medida, a valorização imobiliária decorre de investimentos públicos realizados em serviços de consumo coletivo. Tanto é assim que a diferença entre o custo final da terra decorrente de uma urbanização simplificada- simples abertura de ruas e topografia, vielas em concreto e captação em pontos fixos - é 800% menos em comparação com aquela exigida pela Prefeitura de São Paulo - rede de água e esgoto, galerias pluviais, arruamento, guias e sargetas etc... o que indica , de maneira clara, o peso que a infraestrutura tem no processo de valorização dos imóveis.

---

(31) "As populações servem-se em geral de fossas negras, privadas secas e tanques sépticos... e de água proveniente de poços rasos, em geral contaminados pela proximidade de fossas negras. (Nas periferias três quartos das habitações) lançam esgotos em simples fossas negras quando não a um céu aberto". Conforme: Regiões Metropolitanas de São Paulo - Diagnóstico 75, Condições Urbanas - Saúde, São Paulo, 1975, pags. 14 e 15. (mimeo).

Por outro lado, a produção do espaço urbano está, em grande medida, condicionada a uma volumosa retenção de áreas vazias que permanecem socialmente ociosas à espera de valorização, originando vultuosos lucros que decorrem das melhorias que, constantemente, são injetadas no tecido metropolitano pelo Poder Público: "a especulação imobiliária (...) adotou um método, próprio, para parcelar a terra da cidade. Tal método consiste no seguinte: o novo loteamento nunca era feito em continuidade imediata com o anterior, já provido de serviços públicos. Ao contrário, entre o novo loteamento e o último já equipado, deixava-se uma área de terra vazia, sem lotear. Completado o novo loteamento, a linha de ônibus que servia seria, necessariamente, um prolongamento a partir do último centro equipado. Quando estendida, a linha de ônibus passava pela área não loteada, trazendo-lhe imediata valorização. O mesmo ocorreria com os demais serviços públicos: para servir o ponto extremo loteado, passariam por áreas vazias, beneficiárias imediatas do melhoramento público. Desta forma, transferia-se para o valor da terra, de modo direto e geralmente antecipado, a benfeitoria pública. Ainda hoje, sempre que se chegue a um centro secundário da cidade... (bem como, atualmente, também em muitos locais da Grande São Paulo o processo é visível: antes de cada loteamento alcançado, existe uma área ainda vazia" (32).

De fato, 45% da área líquida do Município de São Paulo compõem-se de terrenos baldios, sendo que 40% destes vazios são constituídos por glebas superiores a 16.000 m². Assim, a questão da terra urbana desponta como um elemento marcadamente segregador quando se tem em conta que, numa cidade como São Paulo, onde grande parcela não tem acesso a serviços básicos, 70% dos terrenos estocados receberam alguma benfeitoria proveniente do investimento público. Servem, portanto, como forte dina

(32) CARDOSO, Fernando Henrique, CAMARGO, Candido Procópio F. e KOWARICK, Lúcio - Considerações sobre o desenvolvimento de São Paulo: cultura e participação, São Paulo, CEBRAP, Caderno 14, 1973, pags. 9 e 10.

mizador da especulação fundiária ao gerar uma renda diferencial da terra que, quando colocada a venda, torna-se inacessível para a maioria da população cujos rendimentos só permitem a fixação em locais desprovidos de infraestrutura. Para se ter uma idéia desta vultuosa capacidade ociosa, basta apontar que estima-se em cerca de 16 bilhões de dólares os montantes de infraestrutura existentes nos vazios urbanos de São Paulo (33).

Não obstante ter ocorrido, nos últimos 3 anos, uma volumosa aplicação de recursos em rede de água e esgoto, diminuindo a proporção de domicílios desprovidos destes serviços básicos, a existência de vazios urbanos e a forma como os grupos mais abastados se apropriam destas benfeitorias-pelo fato do Poder Público deixar as forças econômicas atuarem livremente num mercado altamente seletivo quanto ao acesso às benfeitorias urbanas-, fazem com que os investimentos realizados sirvam como mola propulsora de concentração de renda: "como até pouco tempo havia escassez de redes de água, e ainda há escassez de redes de esgotos, estes serviços são disputados pela população, e em geral apropriados pelos grupos de renda mais altos. Por outro lado, como há muitos terrenos vagos em nossas cidades cuja maioria pertence às classes mais abastadas, a implantação de redes de água e esgotos valoriza estes terrenos. Assim quer pela disputa de serviços ainda escassos, quer pelo valor adicionado aos terrenos, os investimentos públicos em água e esgoto tem efeito concentrador de renda (34). Neste aspecto, convém mencionar que a rentabilidade média real dos terrenos na cidade de São Paulo subiu, entre 1969 e 1976, de 1400%, três vezes superior ao verificado no mercado de ações, o que

---

(33) Conforme: CAMPOS, Candido Malta - Capital imobiliário e desenvolvimento urbano, 32a. Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Fortaleza, 1979.

(34) FUNDAP, Investimentos em águas e esgotos e o desenvolvimento econômico, Seminário sobre investimentos públicos urbanos, 19/20 de dezembro de 1978, São Paulo, mimeo, pag. 1

demonstra de forma patente o alto negócio que representa a terra urbana, permitindo avaliar os poderosos interesses que estão por detrás deste processo.

Mas não só sobre os vazios urbanos que a especulação se processa através da atuação do Poder Público ao criar uma infraestrutura de serviços. Processa-se também em áreas já densamente povoadas na medida em que a realização de obras públicas tende a ocasionar, através da valorização imobiliária, uma remodelação que acaba por "expulsar" os moradores de baixa renda. O exemplo clássico, no caso de São Paulo, pode ser encontrado na nova configuração espacial e de classe ocasionada pelas obras do Metrô, onde, nas zonas próximas às margens da linha Norte-Sul e, especialmente, em torno das estações terminais, o preço dos imóveis aumentou 35% a mais daquele verificado para o conjunto do Município entre 1973 e 1976 (35). Em suma, as obras públicas ao darem uma nova configuração social a determinada área criam um processo de seleção econômica que, ao mesmo tempo, provoca o aparecimento de milhares de desalojados ou desapropriados que não podem pagar o preço de um progresso que se opera através de enorme especulação imobiliária e que são substituídos por pessoas das camadas médias e altas, cujos rendimentos permitem usufruir dos benefícios causados pela renovação urbana.

Fenômeno semelhante verificou-se também com a recente linha Leste-Oeste do Metrô onde o preço da terra e dos aluguéis aumentaram enormemente. Mesmo os proprietários de imóveis, em bom número de vezes, só receberam uma indenização "ridícula e vil", sendo obrigados a deixar bairros

---

(35) Conforme: Cadastro do Departamento de Patrimônio, EMURB, São Paulo.

bem servidos e transferir-se para locais distantes e destituídos de serviços públicos (36).

Tais exemplificações servem para ilustrar um fenômeno que ocorre em múltiplos locais da área metropolitana que recebem benfeitorias públicas, inclusive, na periferia onde muitos moradores não conseguem suportar o aumento das taxas advindas com a introdução de serviços. Nestes casos, ou vendem suas propriedades e dirigem-se para locais ainda mais distantes ou, por falta de recursos, deixam de conectar o serviço instalado nas suas residências (37).

Transparece, assim, a fundamental importância do Estado na produção de um espaço urbano com características marcadamente segregadoras, pois os investimentos públicos injetados na Região Metropolitana transformam-se num poderoso elemento ativador da especulação imobiliária, que acaba por beneficiar as camadas mais ricas, filtrando as populações pobres para locais distantes dos empregos, desprovidos de saneamento básico, onde a construção da casa própria em loteamentos, geralmente, clandestinos constitui a principal fórmula de moradia que, ao reproduzir a força de trabalho à baixos custos, tem sido um dos sustentáculos que fundamenta a extração de altas taxas de excedente. Neste particular, é importante reafirmar que para realizar semelhante processo de exclusão, o Estado forjou um aparato de controle e repressão desarmando as formas de

---

(36) Conforme: SOLANO, Jaene e ZAN, Pedro: A autofagia da cidade, o Estado de São Paulo de 30/10/1976.

(37) Conforme: MARICATO, Erminia T.M. - A proletarização do espaço sob a grande indústria: O caso de São Bernardo do Campo na Região da Grande São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1977, mimeo.

protesto e reivindicação que pusessem em xeque um modelo de crescimento que acirrou, também através da especulação imobiliária, as condições de segregação sócio-econômicas das camadas trabalhadoras.

A segregação sócio-econômica numa cidade como São Paulo é flagrante: manifesta-se tanto nas diferenças de renda - pois apenas 45% das famílias residentes na zona "central" da cidade auferiam até cerca de 5 salários mínimos por mês, enquanto 82% das famílias que habitam a "periferia" estão incluídas nesta faixa baixa de rendimento - como no cerne da assim chamada "qualidade de vida", pois mesmo um indicador como a mortalidade infantil, varia de quase 100% nas duas áreas consideradas, obviamente, em detrimento das zonas periféricas (38).

A forma de como a cidade se expande não só tem efeitos perversos para a maioria da população, como também tem exigido a aplicação de crescentes recursos cuja eficácia para enfrentar a "crise da cidade" é bastante descutível. Isto porque, a forma de estruturação da cidade, apoiada nos vazios urbanos e na consequente descontinuidade de ocupação do solo, agravada ainda mais pela rarefação nas áreas novas da "periferia", exige uma fabulosa e crescente soma de recursos que aumenta os custos de urbanização.

Assim, a existência de vazios urbanos representou, em 1978, um custo adicional de 130 bilhões de cruzeiros em obras de infraestrutura que, para atingir as zonas a serem beneficiadas, precisaram passar pelos 45% das áreas ociosas à espera de valorização (39). Em outros termos, os espaços vazios provocam uma desmesurada extensão da

---

(38) Conforme: Município de São Paulo - Condições de saúde e dua interrelação com fatores sócio-econômicos - 1970 - Governo do Estado de São Paulo, São Paulo, 1978, pag. 19.

(39) Conforme: O Estado de São Paulo de 13/07/1978.

infraestrutura urbana, tornando a operação de atingir as áreas periféricas extremamente dispendiosa , ao mesmo tempo que levam a um constante alargamento da mancha urbana povoada, que poderia ser, a metade da área atualmente existente se o processo de retenção especulativa dos terrenos não ocorresse. Desta forma, cria-se um verdadeiro círculo vicioso no qual se avolumam as contradições urbanas e os déficits do Poder Público para enfrentá-los.

O fenômeno do aumento das distâncias a serem percorridas refletem-se também, diretamente, nos recursos necessários para criar na cidade um sistema viário e de transportes eficaz, cujos custos, em 1977, foram orçados em 713 bilhões de cruzeiros, cifra que deverá aumentar na medida em que o processo especulativo tende a criar novos vazios urbanos em áreas ainda desprovidas de infraestrutura, levando para mais longe o processo de retenção especulativa da terra urbana (40).

É óbvio que não se pode reduzir todo o processo especulativo à diferenciação dos valores imobiliários causados pelos investimentos que o Poder Público realiza. Ademais, a especulação não é a única responsável pela expansão caótica da cidade, pois o caos imperante advém de uma lógica econômica e política mais abrangente. Contudo, os fatores apontados constituem causas importantes na produção de um espaço social altamente predatório, que tem ponderáveis reflexos no grau de espoliação urbana na medida em que, conjuntamente com a deteriorização sa

(40) Só a infraestrutura referente aos sistema viário e de transportes de alçada do Poder Municipal foi estimada, ainda em 1977, em 231 bilhões de cruzeiros, cifra 48 vezes superior à capacidade anual de investimentos da Prefeitura. Conforme: O Estado de São Paulo de 31/05/1978, pag. 4.

larial, impede o acesso às condições mínimas de habitabilidade e aumenta o desgaste daqueles que usam o transporte coletivo como meio cotidiano de locomoção.

4. Meio Ambiente e Problemas Sociais: Algumas Considerações Finais

O Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, no início desta década, afirmava que a pior fórmula de poluição é a pobreza. Tomada fora do contexto real na qual foi formulada, em si, a frase é procedente. Contudo, a tecnocracia que a formulou, no afã de justificar o rápido crescimento econômico por que o País passava, além da enorme depredação ambiental, escamoteava outra questão: a de que o modelo posto em marcha apoiava-se também na pauperização das classes assalariadas e deteriorava de modo flagrante a qualidade de vida, acirrando o processo de espoliação urbana. Era o tempo do "milagre brasileiro", apoiado na arrogância de um autoritarismo eminentemente excludente e repressor que alardeava um desempenho econômico e escondia suas funestas conseqüências sociais. A ideologia imperante baseava-se na idéia de que, com o crescimento do bolo econômico, haveriam maiores fatias a serem distribuídas. Desta forma, a exclusão social do momento era o preço inerente de um progresso que se realizava de maneira extremamente rápida e, naturalmente, com o tempo, os grupos sociais alijados seriam paulatinamente incorporados aos benefícios que estavam sendo gerados.

Apontou-se nos ítens anteriores o preço que semelhante progresso causou em termos de exploração do trabalho e das condições urbanas de vida numa Metrópole como a Grande São Paulo.

Cabe, agora, introduzir outra dimensão do problema, inserindo na discussão os efeitos propriamente ambientais de um crescimento que se realizou com enormes liberalidades concedidas pelo Estado às empresas, não só no que concerne a financiamentos à juros decrescentes, isenções

fiscais, facilidades para importação de equipamentos e toda uma gama variada de medidas que propiciou rápida maturação dos investimentos e captação de largas margens de excedente, mas também no que diz respeito a depredação ecológica causada na produção de um espaço que foi sendo construído comprometendo e devastando os recursos naturais, o que, novamente, só poderia ter efeitos extremamente nocivos aos padrões de vida que, obviamente, afetam de maneira extremamente desigual as populações que vivem e trabalham numa região onde até o ar se tornou um bem raro e altamente disputado (41).

Para dar uma idéia da contaminação ambiental imperante, basta dizer que na Capital e nos municípios industriais circunvizinhos, "em parcela ponderável da área disponível, a poluição do ar e da água na Grande São Paulo já atingiram índices característicos das áreas definidas co

---

(41) Foge do âmbito deste ensaio a questão referente ao vigoroso suporte que o Estado forneceu ao processo de expansão econômica colocando seus investimentos de maneira drástica para dar condições a um processo de acumulação que aumentava rápida e enormemente. Contudo, pela importância do assunto, vale à pena mencionar que "... em chegando, o Estado cria...(fundamentalmente para o capital estrangeiro) as condições para um desempenho oligopolístico: mercados cativos protegidos por altas barreiras alfandegárias, créditos a juros negativos, expansão das empresas estatais fornecedoras de insumos básicos para proporcionar-lhes os elementos do capital constante, contenção do crescimento do setor de bens de capital, o que lhes facilita a imposição de composições técnicas de valor extremamente favoráveis, uma política liberticida de incentivos de todas as classes, deduções fiscais que funcionaram na verdade como financiamentos de concentração de capital". Conforme: OLIVEIRA, Francisco de - Acumulação Capitalista, Estado e Urbanização: a nova qualidade do conflito de classes, CONTRAPONTO, ano 1, nº 1, novembro de 1976, Rio, pag. 10.

mo críticas..." (42). Convém reafirmar que também em relação ao meio ambiente, o Poder Público sempre foi a reboque da expansão econômica pois só recentemente criou uma legislação mais sistemática para dar um mínimo de ordenamento à ocupação do espaço a partir de normas que procuram nortear a localização industrial e proteger os mananciais hídri existentes na área metropolitana. Tanto é assim que mais de 500 mil empregos foram criados na Região Metropolitana entre 1965 e 1974, expandindo-se, neste período a mancha urbana em 233.000 m2, de forma mais acentuada ao sul do Município da Capital e a sudeste da Grande São Paulo, inclusive dentro das áreas próximas de proteção aos mananciais, o que levou a grave contaminação dos recursos hídricos (43).

Quanto à poluição do ar que, no conjunto da Região Metropolitana, é causada, particularmente, pela atividade industrial, é digno de nota que, das 33.000 unidades fabris existentes, 600 são consideradas críticas, sendo responsáveis por 80% da contaminação atmosférica (44). Tanto a poluição hídrica como a atmosférica são, geralmente, causadas por indústrias de grande porte, tidas como estratégicas e que estão sujei

---

(42) IPEA- Poluição Industrial no Brasil, série: Estudos para o planejamento, 12, Brasília, pag. 16, 1975. "A grande poluição desta área e a elevada concentração industrial fazem com que a atmosfera local se apresente altamente contaminada, tendo já causado graves problemas de saúde e danos ao meio ambiente e às populações que aí vivem". Idem, pag. 35. Quanto a poluição hídrica: "os efluentes domésticos e industriais lançados "in natura" nas águas degradam sua qualidade sanitária, transformando os cursos d'água locais em verdadeiros esgotos a céu aberto, impossibilitando a vida vegetal e animal". Ibidem, pag. 36.

(43) Conforme: CARLOS, José Antonio (coordenador): Estudo sobre a evolução urbana contínua na Grande São Paulo, Secretaria dos Negócios Metropolitanos, EMPLASA-SIPLAN, 1978, mimeo.

(44) Em 1976, 407 vezes os poluentes ultrapassaram os padrões normais na Grande São Paulo. Neste ano houve 161 níveis de "atenção" e 2 de "alerta". Conforme: CETESB, Relatório de Atividades, 1976.

tas as leis de segurança nacional, cuja intervenção só é possível a partir do Governo Federal através de órgãos diretamente ligados a presidência da república, impossibilitando, assim qualquer forma mais eficaz de controle e punição por parte dos poderes estaduais ou municipais, isto para não mencionar as comunidades diretamente afetadas (45). Complementando este rápido quadro da deteriorização ambiental, mencione-se que se no início da década do 50 a cobertura florestal da Grande São Paulo representava 30% da área correspondente a Região, 20 anos após ela é de apenas 9% sendo que, mantendo-se inalteradas as condições de expansão atualmente imperantes, a previsão é de que, no final do século, esta porcentagem será de apenas 2% (46).

---

(45) Os ramos considerados de segurança nacional são extremamente abrangentes e incluem: material bélico, refinações de petróleo, química, cimento, siderúrgico, material de transporte, celulose, mecânica de grande porte, metais não ferrosos, fertilizantes e defensivos agrícolas. Conforme: O Estado de São Paulo de 31/12/1977 pag. 5.

(46) Em relação ao Estado de São Paulo a cobertura florestal passa de 18% em 1952 para 8% 20 anos após. Entre 1962 e 1973... "em torno da Grande São Paulo (verifica-se uma)... expansão urbana que avança desordenadamente e celeremente, atingindo os últimos redutos de matas das regiões periféricas e serranas.(...). A estas alturas, a devastação une-se com outras formas de exploração indevida dos recursos naturais e com a falta de planejamento territorial, geradora de uma ocupação fundiária desordenada, para provocar um quadro caótico de deteriorização ambiental. Alguns dos sistemas ambientais globais estão próximos ao colapso. Conforme: VICTOR, Mauro Antonio de Moraes - A devastação florestal, Sociedade Brasileira de Silvicultura, pags. 24 e 36. Neste sentido, cabe ainda apontar que o Brasil perde, anualmente, cerca de 500 milhões de toneladas de solo devido a erosão laminar. No Estado de São Paulo, até o momento atual, reflorestou-se apenas cerca 2,5% do território, o que constitui uma proporção irrisória quando se tem em conta a taxa de desmatamento. Conforme: MARQUES, João Q. de Avelar - Conservação do Solo, O Observador Econômico e Financeiro, Suplemento nº 291

Para finalizar esta enumeração de aspectos ligados a depredação do meio ambiente e antes de introduzir, a partir dos dados expostos, uma análise mais abrangente, aponte-se para a baixíssima proporção de área verde que, no Município da Capital, é de 1,6m2 por habitante. Contudo, semelhante proporção, situada muito abaixo das recomendações internacionalmente tidas como mínimas, com a criação dos parques ecológicos previstos - dos quais, apenas um deles terá 60 milhões de m2 - São Paulo passará a ter um padrão próximo aos níveis tidos como aceitáveis.

Não obstante tal fato significar uma melhoria não desprezível, é necessário colocá-la nos devidos termos sob pena de deixar de revelar os processos reais que tais números mostram na sua aparência. Isto é, trata-se de áreas verdes que estão situadas em locais extremamente distantes dos centros mais povoados e que, de fato, podem melhorar as alternativas de lazer para quem, nas horas de folga, até lá se locomova, mas que de pouco alterarão a qualidade do ar da maioria dos habitantes da cidade.

Esta colocação, aparentemente ingênua, visa introduzir um aspecto que parece ser uma tônica constante na "questão ecológica", pelo menos como ela vem sendo colocada pela discussão oficial e oficiosa imperante no Brasil, segundo a qual, contaminação e depredação do meio ambiente afeta o bem estar da comunidade como um todo (47). Assim, são fre

(47) Agradeço as observações de Raquel Rolnik que realizou a pesquisa em jornais em torno dos problemas ecológicos e da deteriorização do meio ambiente que foi de grande valia para as reflexões contidas neste ensaio.

quentes as declarações que a assim chamada "qualidade de vida" está sendo posto em risco sem que se especifiquem, exatamente, de que risco e de qual qualidade se fala, nem, muito menos, sobre a vida de quem se está falando. Em outras palavras, generaliza-se um problema que, sem sombra de dúvida, tem efeitos extremamente diversos sobre as diferentes camadas sociais. Tanto é assim que os efeitos da poluição do ar nos olhos e nas gargantas das classes abastadas nada tem a ver com os reflexos da contaminação ambiental decorrente da falta de saneamento básico sobre os habitantes das "periferias" ou, ainda, com as nocivas e, muitas vezes, irreversíveis consequências dos poluentes industriais que os operários respiram dentro das fábricas (48).

Diga-se de passagem que os efeitos da poluição industrial dentro das fábricas - como, aliás toda a problemática referente aos acidentes do trabalho - são muito menos noticiados e discutidos pelos órgãos de comunicação de massa do que a contaminação atmosférica: a imprensa falada e escrita, várias vezes por dia, apresenta os índices de poluição do ar e a própria televisão, além dos frequentes noticiários, fez da poluição do ar o tema que fundamenta o drama de uma novela cotidiana de grande audiência. Novamente, sem minimizar os malefícios da poluição do ar, é necessário situar devidamente a sua dimensão enquanto questão social. De fato, em várias pesquisas de opinião ela aparece como

---

(48) Neste particular, mencione-se que as doenças decorrentes da silicose presentes nas indústrias de vidro, atingem mais de 30 mil operários brasileiros entre 25 e 40 anos. Esta é uma das doenças a que os operários estão sujeitos, sendo que existem várias outras, inerentes a outros ramos de atividade fabril e que afetam a saúde de centenas de milhares de trabalhadores.

o principal problema da cidade, inclusive na percepção das camadas de renda baixa, que a enxergam como mais danosa do que os "transportes", a falta de "água-esgoto" ou o aumento do "custo de vida". Assim, numa conjuntura política em que muitos problemas deixam de ser realmente discutidos e outros são parcialmente censurados ou totalmente proibidos, onde, enfim, a comunicação de massa deixa de informar e debater alguns temas vitais para o cotidiano da maioria dos trabalhadores, não é de se estranhar que muitos dos que moram nas "periferias" da cidade em loteamentos clandestinos desprovidos de saneamento básico e que gastam várias horas por dia nos transportes coletivos para chegar a seus empregos, nos quais, geralmente, ganham até 2 ou 3 salários mínimos por mês, apontem a contaminação atmosférica como o mal maior de seus problemas.

Neste sentido, convém introduzir a questão da mortalidade infantil que até aqui não foi diretamente tratada neste ensaio. Ressalte-se que na Região da Grande São Paulo alguns especialistas demonstraram que 70% dos casos de morte nas crianças com menos de 1 ano de idade, estão diretamente associados ao binômio desnutrição e a má qualidade ou ausência de água. Não obstante, as taxas de mortalidade terem diminuído após 1974, situam-se a níveis superiores aos verificados antes de 1965, quando uma draconiana contenção salarial foi posta em prática pelo regime autoritário recém-instalado no País e que no período correspondente ao assim chamado "milagre brasileiro", atingiu taxas só

verificadas antes do final da Segunda Grande Guerra (49). Ora, tanto esta questão, como os acidentes de trabalho ou ainda a contaminação ambiental advinda da carência de infraestrutura são problemas que aparecem nos embates públicos de forma secundária. A prioridade em debater e resolver as questões sociais abre espaço para finalizar as análises desenvolvidas neste ensaio.

Em outros termos, parece ser viável afirmar que os problemas sociais tendem a se tornar questões públicas no sentido de ser enfrentadas pelo Estado, na medida em que afetam as camadas dominantes ou, mais precisamente, quando se tornam entraves ao processo de acumulação. Neste sentido, o caso dos transportes coletivos é exemplar. Até recentemente, em decorrência do crescimento da indústria automobilística, as prioridades em obras viárias foram equacionadas de modo a dar vasão ao incremento da produção de veículos particulares, moldando um sistema viário que pouco tinha a ver com as necessidades coletivas. Não obstante as péssimas condições para aqueles que usam os ônibus e trens, o transporte de massa se tornou uma meta governamental básica apenas recentemente, não para resolver este grave problema social, que desde há

(49) A recente diminuição da mortalidade infantil ocorrida entre 1975-1977 levou a afirmação de que, naqueles anos, foram salvas 10.000 crianças no Estado de São Paulo. Sem negar o lado positivo destes resultados, é preciso enfatizar que a afirmação esconde o fato de que semelhante declínio advém da comparação com o período imediatamente anterior, quando a mortalidade infantil foi extremamente elevada. O correto, para completar o quadro, seria afirmar que ela apresentava uma tendência declinante já há várias décadas, basicamente, a partir de 1940 e que esta tendência inverte-se em 1966, acirrando-se entre 1969-1973, quando, comparado com o quinquênio anterior, adotando-se o mesmo raciocínio, deixaram de viver cerca de 40.000 crianças.

muito apresentava características marcadamente dilapidadoras para a população que o utilizava, mas para enfrentar o aumento do endividamento externo advindo com o salto no preço do petróleo.

Semelhante a outras soluções, o transporte urbano só tende a se tornar um problema a ser enfrentado pelo Estado quando a economia é afetada. Este estilo de encaminhamento dos problemas representa, na melhor das hipóteses, um atraso e correspondente agravamento no equacionamento de soluções, cujos custos sociais, em termos de desgaste da força de trabalho, certamente, não são desprezíveis. Ele é típico de uma postura autoritária que elege um pacote de intervenções baseado em estreito círculo de consultas e de pressões, veiculado depois de decidido e justificado em nome de uma primazia tecnocrática que serve de reforço para afastar a imensa maioria do mérito e da oportunidade das decisões que, cada vez mais, passam a ser consideradas estratégicas e portanto, de alçada da segurança nacional.

No decorrer dos últimos anos, o modelo econômico posto em marcha, de caráter excludente e segregador, forjou uma demanda mais diversificada, para cujo atendimento passou-se a produzir uma gama de produtos sofisticados, acentuando os contrastes entre uma minoria abastada e uma maioria que em boa medida não teve acesso a este novo leque de bens, e quando teve, o fez com acentuado sacrifício em itens básicos do seu já minguado orçamento familiar.

A própria cidade, que representa a cristalização de múltiplas benfeitorias e serviços, passou por um processo semelhante. Foram realidos inúmeras obras, implantado serviços e modificadas as configurações espaciais em muitas áreas da cidade, sem que, contudo, boa parte da população fosse atingida pelas melhorias injetadas no espaço urbano. A cidade já tem um razoável estoque de equipamentos coletivos e constantemente cria novos. Esta criação, entretanto, não tem resultado numa maior equitatividade na distribuição dos benefícios. De fato, os in -

vestimentos em melhorias urbanas foram canalizados para áreas em que vivem os grupos mais abastados; mesmo quando drenados para regiões onde predomina a população pobre, o processo de competição e seleção econômica tendeu a neutralizar os efeitos programados - pelo menos para as famílias não proprietárias que pagam aluguéis - pois as camadas de baixo poder aquisitivo não tinham condições de pagar o assim chamado "preço do progresso" advindo da valorização imobiliária que acabava por expulsá-los para zonas desprovidas de infraestrutura básica. Mesmo as famílias que tem casa própria em fase de pagamento, devido às dívidas que pressionam seu orçamento - decorrentes das prestações com o terreno e gastos inerentes a construção ou ampliação da habitação - tendem, muitas vezes, a vender a propriedade para grupos de renda mais abastadas e dirigir-se para áreas periféricas ainda carentes de serviços coletivos essenciais à vida urbana.

A contensão da sociedade civil, expresso no controle das associações reivindicatórias, foi, sem dúvida, o processo responsável pela deteriorização dos padrões de vida, resultando na pauperização de grande número de trabalhadores e no agravamento das condições originando a que foi denominado de espoliação urbana.

Num contexto sócio-político em que as pressões populares foram contidas e reprimidas, abafou-se a possibilidade dos grupos de renda baixa organizarem-se na defesa de seus interesses. Numa conjuntura deste tipo, nada mais natural que os investimentos públicos fossem canalizados para lubrificar as engrenagens do sistema econômico, propiciando condições de grande lucratividade para a expansão co capital ou dirigissem-se para o consumo das classes mais abastadas e, secundariamente, para melhorar as condições de reprodução da força de trabalho.

Tais processos só podiam refletir-se na deteriorização da assim chamada "qualidade de vida". A cidade transformou-se num imento território "proibido". Proibido, em primeiro lugar, porque o congelamento

dos salários conjugado com o aumento do preço da terra e dos aluguéis levou a uma "periferização" crescente. Neste contexto, foi impedido o acesso à habitação provida de serviços como água, esgoto e pavimentação, o transporte coletivo continuou congestionado e vagaroso, o processo educacional deixou de proporcionar um mínimo de continuidade e seriação nos estudos, enquanto os serviços de saúde, para ficar nos exemplos mais flagrantes, dado o estado de morbidade da população, adquiriram um conteúdo marcadamente curativo e, assim mesmo, de resultados duvidosos. Em segundo lugar a proibição de usufruir estes e outros benefícios tem como colorário outro processo que diz respeito à proibição de se organizar e reivindicar em torno da defesa de interesses que afetam a vida cotidiana.

Parece claro que a sociedade brasileira, fruto de uma nova coalisão de forças, está penetrando numa conjuntura mais permeável não só ao debate mas, sobretudo, ao embate sobre problemas que, certamente, passam pelas questões de exploração do trabalho e de espoliação urbana, das quais, algumas foram expostas neste ensaio. Neste particular, parece claro que o encaminhamento dos problemas sociais não é de natureza técnica mas, ao contrário, tem um sentido eminentemente político, pois decorre da capacidade que as camadas subalternas tiverem de conquistar maiores espaços numa arena necessariamente contraditória e conflituosa. Na medida em que isto ocorrer, serão recolocas as modalidades de um progresso cujos resultados a poucos tem beneficiado e cujo preço tem sido altamente oneroso para aqueles que levam adiante as engrenagens de um sistema que tem apresentado feições nitidamente selvagens.